

**CORRIGENDA 2 À NOTA DE ENVIO**

---

de: Praesidium

para: Convenção

---

Assunto: **Projecto de texto de secções da Parte III com observações**

---

**1. Na pág. 41, o artigo III-163.º deve passar a ter a seguinte redacção:**

**Artigo III-163.º  
(ex-artigo 12.º: [Imigração])**

1. A União desenvolve uma política comum de imigração destinada a garantir, em todas as fases, uma gestão eficaz dos fluxos migratórios, um tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros que residam legalmente nos Estados-Membros, bem como a prevenção e luta reforçada contra a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos.
2. Para esse efeito, ~~o Parlamento Europeu e o Conselho aprovarão, de acordo com o processo legislativo, a~~ leis ou leis-quadro **européia estabelece as medidas** nos seguintes domínios:
  - a) Condições de entrada e de residência, bem como normas relativas à emissão, pelos Estados-Membros, de vistos e de títulos de residência de longa duração, nomeadamente para efeitos de reagrupamento familiar;
  - b) Definição dos direitos dos nacionais de países terceiros que residam legalmente num Estado-Membro, nomeadamente das condições que regem a liberdade de circulação e de permanência nos outros Estados-Membros;
  - c) Imigração clandestina e residência ilegal, incluindo o afastamento e o repatriamento de residentes em situação ilegal.
  - d) **Luta contra o tráfico de seres humanos, em especial mulheres e crianças.**

3. A União pode celebrar com países terceiros acordos destinados à readmissão, nos países de origem ou de proveniência, de nacionais de países terceiros em situação ilegal.
4. ~~O Parlamento Europeu e o Conselho podem aprovar, de acordo com o processo legislativo, A leis ou~~ leis-quadro **européia pode estabelecer medidas** de incentivo e de apoio à acção dos Estados-Membros, a fim de fomentar a integração dos nacionais de países terceiros que residam legalmente no seu território, **excluindo-se qualquer harmonização das disposições legislativas e regulamentares dos Estados-Membros.**

1. Na pág. 81, o artigo III-230.º deve passar a ter a seguinte redacção:

#### **Artigo III-230.º (ex-artigo 193.º)**

No exercício das suas atribuições, o Parlamento Europeu pode, a pedido de um quarto dos membros que o compõem, constituir uma comissão de inquérito temporária para analisar, sem prejuízo das atribuições conferidas pela Constituição a outras Instituições ou órgãos, alegações de infracção ou de má administração na aplicação do direito da União, excepto se os factos alegados estiverem em instância numa jurisdição, e enquanto o processo jurisdicional não se encontrar concluído.

A Comissão de Inquérito temporária extingue-se com a apresentação do seu relatório.

Por lei europeia do Parlamento Europeu, adoptada por sua própria iniciativa, são determinadas as modalidades de exercício do direito de inquérito. O Parlamento Europeu delibera após aprovação do Conselho e da Comissão.